

JUCESP PROTOCOLO
0.212.411/15-9

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS,
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA, DA CIELO S.A.**



Pelo presente instrumento particular,

CIELO S.A., sociedade por ações com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o Código CVM nº 2173-3, com sede na Alameda Grajaú, nº 219, Alphaville, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-050, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob nº 01.027.058/0001-91, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE nº 35.300.144.112, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de agente fiduciário ("**Agente Fiduciário**", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**");

[Handwritten signature]
Pieda
gal

RESOLVEM, em regular forma de direito, celebrar este "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Cielo S.A." ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Escritura de Emissão**", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

1. AUTORIZAÇÕES

1.1 A Emissão, a celebração da presente Escritura de Emissão e a oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Oferta**" e "**Instrução CVM nº 400**", respectivamente) são realizadas com base na deliberação do Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 02 de março de 2015 ("**RCA**"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão e da Oferta, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

JUCESP

18 03 15

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas em observância aos seguintes requisitos:

2.1.1 Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1.1 A Oferta será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e nos termos da Instrução CVM nº 400, observado especialmente o procedimento de concessão automático de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissoras com grande exposição ao mercado, conforme disposto nos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM nº 400, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.1.2 A Oferta será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do encerramento da Oferta, nos termos do artigo 19 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, vigente desde 3 de fevereiro de 2014 (“Código ANBIMA”).

2.1.2 Arquivamento da ata da RCA na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da ata da RCA

2.1.2.1 A ata da RCA será arquivada na JUCESP e será publicada no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “Valor Econômico” (“Jornais de Divulgação da Emissora”), nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2 Os atos societários relativos à Emissão que eventualmente venham a ser realizados após o registro da Escritura de Emissão na JUCESP, nos termos do item 2.1.3 abaixo, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora nos Jornais de Divulgação da Emissora, conforme legislação em vigor.

2.1.3 Registro desta Escritura de Emissão

2.1.3.1 A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

JUCESP

19 07 18

2.1.3.2 Nos termos do item 4.1.3. ~~abaixo~~, esta ~~Escritura de Emissão~~ será objeto de aditamento de modo a refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), nos termos e condições aprovados na RCA e, portanto, sem a necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou por assembleia de debenturistas, o qual será inscrito na JUCESP, nos termos do item 2.4.1 acima.

2.1.3.3 A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente Escritura de Emissão e, conforme seja o caso, dos eventuais aditamentos devidamente inscritos na JUCESP em até 5 (cinco) dias contados da obtenção da referida inscrição.

2.1.4 Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.4.1 As Debêntures serão registradas para distribuição pública, no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP, submetendo-se ao controle de compensação e liquidação da CETIP, observadas, ainda, as normas e os procedimentos de operacionalização de tal sistema.

2.1.4.2 As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação e custódia da CETIP.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 De acordo com o artigo 2º do seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social principal: (a) a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras; (b) o aluguel, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e

aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza que possam transitar em rede eletrônica; (c) prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para automação comercial; (d) a administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas e manuais com cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não-financeiras, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas informáticos; (e) a representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento; (f) a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior; (g) a prestação de serviços de distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência privada; e (h) desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Emissora.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 A presente Escritura de Emissão representa a 4ª (quarta) emissão de Debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Valor Total da Emissão

3.4.1 O valor total da Emissão será de R\$4.600.000.000,00 (quatro bilhões e seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 460.000 (quatrocentos e sessenta mil) Debêntures.

3.6 Destinação dos Recursos

3.6.1 Os recursos líquidos captados mediante a colocação das Debêntures serão integralmente destinados ao resgate antecipado de notas promissórias comerciais da 1ª (primeira) emissão da Emissora, objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, em série única, no valor total de R\$4.600.000.000,00 (quatro bilhões e seiscentos milhões de reais), na data de emissão ("Notas Promissórias").

3.7 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1 O banco liquidante da Emissão e o escriturador mandatário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/no, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (“Banco Liquidante”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços de banco liquidante da Emissão; e “Escriturador Mandatário”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços de escriturador mandatário das Debêntures).

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Procedimento de *Bookbuilding*

4.1.1.1 Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (sendo a instituição líder “Coordenador Líder” e quando referidas em conjunto “Coordenadores”), nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400, para a verificação, junto aos Investidores (conforme abaixo definidos), da demanda das Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, de forma a definir os juros remuneratórios no âmbito da Oferta, conforme previsto no item 4.11.1 desta Escritura de Emissão (“Procedimento de *Bookbuilding*”).

4.1.2 O Procedimento de *Bookbuilding* será realizado sem recebimento de reservas, bem como sem lotes mínimos ou máximos.

4.1.3 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão e será divulgado por meio do Anúncio de Início (conforme abaixo definido) da Oferta.

4.1.4 Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* Investidores Não Qualificados e Investidores Qualificados (conforme definidos no item 4.1.4.1 abaixo), residentes ou não residentes no Brasil (“Público Alvo da Oferta”), levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do Público Alvo da Oferta, inclusive investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que até 30% (trinta por cento) da quantidade das Debêntures poderão ser alocadas para Pessoas Vinculadas (conforme abaixo definidas). Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures perante

investidores que sejam (i) acionistas, controladores e/ou administradores da Emissora; (ii) controladores e/ou administradores, ~~idos~~, Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima ("Pessoas Vinculadas"), sendo as intenções de investimento apresentadas por Investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 400.

4.1.4.1 Consideram-se Investidores Qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM nº 409"), incluindo, mas não se limitando, as pessoas físicas e jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, instituições financeiras, fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados, administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios, companhias seguradoras, sociedades de capitalização e regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios e entidades abertas e fechadas de previdência complementar, bem como quaisquer outros investidores autorizados a adquirir as Debêntures ("Investidores Qualificados"). Consideram-se Investidores Não Qualificados, os investidores que não possam ser qualificados como Investidores Qualificados ("Investidores Não Qualificados", e em conjunto com os Investidores Qualificados, "Investidores").

4.2 Colocação e Plano de Distribuição

4.2.1 As Debêntures ofertadas serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, para 460.000 (quatrocentas e sessenta mil) Debêntures, correspondentes a R\$4.600.000.000,00 (quatro bilhões e seiscentos milhões de reais), nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Cielo S.A." ("Contrato de Distribuição").

4.2.2 Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza

comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, os quais assegurarão (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do Público Alvo da Oferta, e (iii) que os representantes dos Coordenadores recebam previamente exemplares (a) do prospecto preliminar da Oferta, a ser disponibilizado ao mercado quando da divulgação do aviso ao mercado da Oferta, nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM nº 400 ("Aviso ao Mercado" e "Prospecto Preliminar", respectivamente) e (b) do prospecto definitivo da Oferta, a ser disponibilizado ao mercado quando da divulgação do anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM nº 400 ("Anúncio de Início" e "Prospecto Definitivo", respectivamente), incluindo o formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 480" e "Formulário de Referência", respectivamente, incorporado por referência, para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Coordenador Líder. A Oferta não contará com esforços de colocação no exterior.

4.2.3 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, bem como com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição.

4.2.4 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores ou pela Emissora aos Investidores interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.

4.2.5 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, bem como não será contratado formador de mercado para a Emissão.

4.2.6 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2 acima, a Oferta somente terá início após (i) a obtenção do registro da Oferta, que ocorrerá 5 (cinco) Dias Úteis após o protocolo do pedido de registro automático na CVM; (ii) a divulgação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto Definitivo para os Investidores, nos termos da Instrução CVM nº 400.

4.2.7 O prazo de distribuição das Debêntures será até 31 de julho de 2015. Após a colocação das Debêntures, será divulgado o anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM nº 400 ("Anúncio de Encerramento").

4.2.8 Caso as Debêntures ofertadas não sejam colocadas em sua totalidade durante o prazo de colocação, conforme demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores estarão obrigados a subscrever e integralizar a totalidade das Debêntures objeto da garantia firme que porventura não tenham sido colocadas, conforme procedimento, termos e condições descritos no Contrato de Distribuição.

4.3 Data de Emissão das Debêntures

4.3.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 13 de abril de 2015 ("Data de Emissão").

4.4 Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.4.1 O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.5 Conversibilidade, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.5.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.5.2 Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures, nos termos do artigo 63, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

4.6 Espécie

4.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografia, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.7 Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.7.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ("Data da Primeira

Subscrição e Integralização”), ou seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização até a data da efetiva subscrição e integralização, nas datas posteriores à Data da Primeira Subscrição e Integralização.

4.7.2 Todas as Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.8 Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.8.1 As Debêntures terão prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de abril 2018 (“Data de Vencimento”).

4.9 Garantias

4.9.1 As Debêntures não contarão com quaisquer garantias reais ou fidejussórias.

4.10 Amortização

4.10.1 O Valor Nominal Unitário será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 13 de abril de 2016, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado ou da Oferta de Resgate Antecipado, conforme tabela abaixo:

Data de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado
13 de abril de 2016	33,3333%
13 de abril de 2017	33,3333%
Data de Vencimento	Saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.11 Remuneração

4.11.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária. A partir da Data da Primeira Subscrição e Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, as Debêntures farão jus a uma remuneração a ser definida de acordo com o Procedimento

de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitada a 199,00% (cento e noventa e nove inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido abaixo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures paga ao final do Período de Capitalização, conforme definido no item 4.10.3 abaixo, de acordo com a fórmula indicada no item 4.10.5 abaixo (“Remuneração”).

4.11.2 As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, que irá ocorrer ao final do Período de Capitalização.

4.11.3 Para fins de cálculo da Remuneração, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data da Primeira Subscrição e Integralização ou na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente (conforme abaixo definida).

4.11.4 A Remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 13 (treze) do mês de abril e do mês de outubro de cada ano, em parcelas sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento no dia 13 de outubro de 2015 e o último na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado e da Oferta de Resgate Antecipado (“Data de Pagamento da Remuneração”).

4.11.4.1 Caso a Data de Pagamento de Remuneração não seja um Dia Útil, o pagamento deverá ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente, sem nenhum acréscimo.

4.11.4.2 Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.11.5 A Remuneração das Debêntures deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula, a qual teve aderência ao Caderno de Fórmulas – Debêntures Cetip21, disponível no site www.cetip.com.br:

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1), \text{ onde:}$$

DUCESP

18 03 18

“J” corresponde ao valor unitário da Remuneração das Debêntures devida no final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$

“ n_{DI} ” corresponde ao número total de Taxas DI, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro;

“p” corresponde a no máximo 109,00 (cento e nove inteiros), a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*;

“ TDI_k ” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“k” = 1, 2, ..., n, sendo “n” um número inteiro;

“ DI_k ” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

DUCEP

10000000

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.11.5.1 O cálculo da Remuneração das Debêntures acima está sujeito às seguintes observações:

- (i) o fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{P}{100}\right)\right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{P}{100}\right)\right]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI”, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.11.6 Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.11.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral dos titulares das Debêntures (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão) (“Assembleia Geral de Debenturistas”), para que os titulares das Debêntures deliberem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures, caso tenha ocorrido pagamento de Remuneração até a data de deliberação da Taxa Substitutiva.

DUCE SP

DEBENTURES

4.11.7.1 Na hipótese de não instalação em primeira e segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 4.11.7 acima ou, caso instalada, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (ou, caso não seja instalada em primeira e segunda convocação, na data em que deveria ter ocorrido) ou em outro prazo que venha a ser definido em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data da Primeira Subscrição e Integralização, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, observado o disposto abaixo.

4.11.8 As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos do item anterior serão canceladas pela Emissora. Para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.11.9 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.11.7 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.12 Repactuação Programada

4.12.1 As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.13 Vencimento Antecipado

4.13.1 Vencimento Antecipado Automático. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o pagamento, pela Emissora, nos termos do item 4.13.7 abaixo, do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal

Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração aplicável, calculada, *pro rata temporis*, conforme disposto no item 4.11.1 acima, a partir da Data da Primeira Subscrição e Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) (a) liquidação, dissolução, extinção, intervenção, regime de administração especial temporária ou insolvência da Emissora e/ou de suas controladas relevantes, assim entendidas quaisquer outras subsidiárias da Emissora que, no momento da ocorrência do evento de vencimento antecipado: (1) tenha ativos que, baseado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao trimestre recentemente encerrado, que constituíam um mínimo de 10% (dez por cento) dos ativos totais da Emissora; ou (2) tenha receitas no período de 12 (doze) meses, baseado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao trimestre recentemente encerrado, constituíam um mínimo de 10% (dez por cento) do total de receitas da Emissora (A) mensurada de acordo com as demonstrações financeiras arquivadas na CVM e (B) *pro forma* frente a qualquer aquisição ou alienação da Emissora e das demais subsidiárias ("Controladas Relevantes"); (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou suas Controladas Relevantes; (c) pedido de falência da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes formulado por terceiros não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido pelo Juízo competente, em qualquer dos casos no prazo legal aplicável; (d) decretação de falência da Emissora;
- (ii) propositura, pela Emissora e/ou por suas Controladas Relevantes, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, em juízo, pela Emissora e/ou por suas Controladas Relevantes, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (iii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (iv) redução de capital social, resgate e/ou amortização de ações da Emissora, sem anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 2/3 (dois terços) das

DEBÊNTURES

Debêntures em Circulação (conforme ~~abaixo~~ definição), conforme previsto no artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;

- (v) pagamento de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação, rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora, a seus acionistas, a qualquer título, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Emissora;
- (vi) aplicação dos recursos captados por meio das Debêntures em destinação diversa do estabelecido no item 3.6 desta Escritura de Emissão;
- (vii) vencimento antecipado de qualquer dívida, passivo e/ou outra obrigação financeira da Emissora ou de suas Controladas Relevantes, em valor individual ou agregado superior ao equivalente em reais (R\$) a US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (viii) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (ix) se a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos adquiridos e obrigações assumidas nos documentos relativos às Debêntures, sem a prévia anuência dos titulares de Debêntures representando, no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;
- (x) cisão (incluindo *drop down* de ativos), fusão ou incorporação, incluindo a incorporação de ações, ou ainda, qualquer outra forma de reorganização societária, que envolvam a Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes, exceto se (a) previamente aprovado por titulares de Debêntures representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ou (b) decorra de (1) fusão ou reestruturação da Emissora ou de Controlada Relevante em decorrência de determinação legal, de ato de autoridade governamental ou nos termos de um contrato com o mesmo efeito ou (2) reestruturação na qual qualquer dos ativos da Emissora ou das Controladas Relevantes sejam transferidos para a Emissora ou para outra

CIelo

Controlada Relevante

Controlada Relevante, conforme o caso, desde que limitados a 15% (quinze por cento) dos ativos totais;

- (xi) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes, conforme definição de controle estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações em seus artigos 116 e 243, §2ª, exceto no caso de aprovação prévia de 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xii) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiii) concessão de mútuos pela Emissora ou por suas Controladas Relevantes a terceiros, desde que esses terceiros não integrem o grupo econômico da Emissora;
- (xiv) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Emissão se tornarem comprovadamente inexecutáveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável; e
- (xv) celebração pela Emissora de quaisquer transações de venda, transferência ou qualquer operação de arrendamento referente a qualquer bem ou ativo, que tenha sido ou venha a ser alienado ou transferido pela Emissora a terceiros, exceto se (a) tais bens ou ativos envolvidos na operação venda, transferência e/ou arrendamento sejam passíveis de Restrições (conforme abaixo definido), ou (b) os recursos oriundos da alienação ou transferência dos bens ou ativos envolvidos na operação de arrendamento sejam pelo menos equivalentes ao valor econômico de tais bens ou ativos e a Emissora aplique os recursos oriundos dessas operações, em até 180 dias, (1) proporcionalmente no resgate das Debêntures e no pagamento antecipado ou aquisição das *senior notes* de emissão da Emissora e sua subsidiária Cielo USA Inc., cujo valor principal é de US\$875.000.000,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), com vencimento previsto para 2022, ou (2) na aquisição, construção, desenvolvimento, expansão ou melhoria de qualquer outro bem ou ativo.

4.13.2 Vencimento Antecipado Mediante Assembleia. O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas e comunicar a Emissora, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar sobre a eventual não declaração de vencimento

antecipado de todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) protestos de títulos contra a Emissora ou suas Controladas Relevantes (essas últimas consideradas em conjunto) com valor individual ou agregado superior ao equivalente em reais (R\$) a US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou seu valor equivalente em outras moedas, salvo se for sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, nos prazos legais;
- (ii) inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão ou relacionadas às Debêntures, que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, exceto se o prazo de cura específico estiver previsto nesta Escritura de Emissão;
- (iii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, inverídicas ou enganosas em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, sendo nos casos de declarações e garantias incorretas e/ou inverídicas, na medida em que sejam sanáveis, não sanadas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência da Emissora;
- (iv) descumprimento de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, cujo valor total, individual ou agregado, ultrapasse o equivalente em reais (R\$) a US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos);
- (v) decisão administrativa contra a Emissora, não passível de recurso, de natureza condenatória, com valor total, individual ou agregado, superior ao equivalente em reais (R\$) a US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos não quitada na forma da referida decisão e/ou cuja exigibilidade não seja suspensa em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data da referida decisão;
- (vi) desapropriação, confisco, arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental ou judiciária que resulte na perda da propriedade ou posse direta dos ativos da Emissora ou de suas Controladas Relevantes ou na incapacidade da Emissora ou de qualquer de suas Controladas Relevantes de gerir seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco, arresto, sequestro, penhora ou outra medida afete substancialmente, de forma negativa e adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à Emissão e às Debêntures;

- (vii) mudança ou alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, que modifique a atividade principal por ela praticada de forma relevante, e/ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou que possam representar desvios significativos e relevantes em relação à sua atividade principal;
- (viii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das concessões, autorizações, subvenções, alvarás ou licenças, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou suas Controladas Relevantes, incluindo, mas não se limitando, os contratos de licenciamento de uso de marca e de licenças de operação com as principais bandeiras instituidoras de arranjos de pagamento, os quais autorizam a Emissora a operar os serviços de adquirência, desde que tais situações impossibilitem substancialmente de forma negativa e adversa o desenvolvimento da atividade principal da Emissora;
- (ix) inscrição da Emissora ou qualquer Controlada Relevante, consideradas individualmente, em qualquer órgão de restrição de crédito, tais como Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo ou Serviços de Informações do Banco Central - Sisbacen em valor individual ou agregado superior ao equivalente em reais (R\$) a US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), ou seu valor equivalente em outras moedas, desde que não cancelada ou baixada no prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da ciência da inscrição;
- (x) alienação, prestação de garantia ou constituição de qualquer ônus, gravame, penhor, hipoteca ou restrições similares ("Restrições") sobre qualquer parte dos ativos, receitas, direitos a receber, rendimentos e outros bens da Emissora e suas Controladas Relevantes, presentes ou futuros, para garantir qualquer Dívida, exceto se tais Restrições resultarem (1) de obrigações tributárias que estejam sendo contestadas de boa-fé pelos meios apropriados e para as quais tenha sido constituída provisão apropriada, se requerida pelas práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil; (2) de lei, normas trabalhistas, da seguridade social ou legislação semelhante; (3) de concorrências, ofertas, leilões, licitações, contratos, contratos governamentais, cartas de crédito, cartas de intenção, arrendamentos ou locações nas quais a Emissora seja parte; (4) do curso normal dos negócios da Emissora em decorrência da remuneração dos empregados, seguro desemprego e outros tipos de previdências sociais, ou para segurar o cumprimento de obrigações estatutárias e obrigações legais de garantia; (5) de garantia ao pagamento de obrigações aduaneiras em relação à importação de bens, desde que tais bens sejam relacionados ao curso normal das atividades da

Emissora; (6) de licenças sobre patentes, direitos autorais, marcas e outros direitos de propriedade intelectual concedidos no curso normal dos negócios; (7) de garantia ao pagamento da totalidade ou de parte do preço de compra (ou custo de construção, de melhoria ou despesas relacionadas) de ativos ou bens adquiridos, construídos ou melhorados, desde que constituídos sobre referidos ativos ou bens adquiridos, construídos ou melhorados; (8) de contas a receber ou quaisquer direitos similares, desde que não comprometa mais do que 80% (oitenta por cento) da receita líquida da Emissora em bases consolidadas; (9) de garantia a empréstimos provenientes (a) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP ou qualquer outra agência de crédito ou banco de desenvolvimento governamental federal, estadual ou municipal brasileiro, ou (b) de qualquer banco de desenvolvimento, agência patrocinada pelo governo, banco de exportação-importação ou seguradora de crédito de exportação e importação internacional ou multilateral; (10) de ativos ou bens de outra sociedade que venha a se tornar uma subsidiária da Emissora ou existentes no momento em que tais ativos ou bens venham a ser adquiridos de qualquer forma; (11) de garantia ao endividamento ou qualquer obrigação (a) das Controladas Relevantes que não seja vedado nos termos desta Escritura ou (b) da Emissora que não seja vedado nos termos desta Escritura, limitado ao equivalente a 15% (quinze por cento) do total de ativos da Emissora em bases consolidadas; (12) de garantia a obrigações decorrentes de contratos de derivativos celebrados com a finalidade de proteção (*hedge*); (13) Restrições existentes na Data de Emissão das Debêntures e quaisquer prorrogações, aditamentos ou renovações de referidas Restrições; e (14) qualquer Restrição que não se enquadra nos itens (1) a (13) acima e que garanta obrigações em um valor total que não exceda 15% (quinze por cento) do total de ativos da Emissora em bases consolidadas; e

- (xi) inadimplemento de qualquer dívida financeira da Emissora ou qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor individual ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais (R\$) a US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), ou valor equivalente em outras moedas, respeitado seu respectivo prazo de cura, se houver;
- (xii) caso a Emissora deixe de ser uma companhia aberta e/ou ter seu balanço e suas demonstrações financeiras auditadas por quaisquer das seguintes empresas de auditoria: (a) Deloitte Touche Tohmatsu; (b) Ernst & Young; (c) KPMG; e (d) PricewaterhouseCoopers ("Audidores Independentes") e, em qualquer caso, suas eventuais sucessoras; e

QUISSE

18 03 15

- (xiii) não atendimento, pela Emissora, do índice financeiro relacionado a seguir ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da disponibilização dos documentos descritos no item 5.1 "i", alíneas (a) e (b), com base nas informações constantes das informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre e das demonstrações financeiras completas, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá no final do ano fiscal de 2015: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3,0 (três);

Para os efeitos do disposto na alínea "xiii" deste item 4.13.2, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Dívida Líquida" corresponde à soma de todas as obrigações com instituições financeiras, representadas nas demonstrações financeiras por empréstimos, financiamentos, saldo de aquisições de participações societárias a pagar que constem nas demonstrações financeiras da Emissora, arrendamentos mercantis, instrumentos financeiros derivativos a pagar e debêntures, registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos os valores registrados como caixa e equivalente de caixa, instrumentos financeiros derivativos a receber e aplicações financeiras registradas no ativo circulante; e

"EBITDA Ajustado Consolidado" corresponde ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro, exceto as de antecipação de recebíveis líquida dos encargos financeiros sobre operações de antecipações do fluxo de recebíveis com emissores. Ao lucro líquido é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

4.13.3 Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas previstas no item 4.13.2 acima, será necessário o quorum de titulares de Debêntures que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Caso referida Assembleia Geral de Debenturistas não seja instalada por falta de *quorum*, em primeira e segunda convocações ou o *quorum* acima referido para a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures não seja atingido, será imediatamente declarado o vencimento antecipado das Debêntures, sendo devido o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos, caso aplicável, até a data do efetivo pagamento, nos termos do item 4.13.7.

4.13.4 Os valores mencionados em dólar ~~norte-americano~~ nas alíneas do item 4.13.1 e 4.13.2 acima serão atualizados de acordo com a cotação de fechamento na data da ocorrência do evento, da taxa de venda de câmbio de reais por dólares dos Estados Unidos da América, conforme divulgada pelo Banco Central do Brasil, em sua página na internet (<http://www.bcb.gov.br>), opção “Câmbio e Capitais Internacionais” » “Taxas de câmbio” » “Cotações e boletins”, ou o fator de conversão que vier substituí-la.

4.13.5 A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada pela Emissora ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis. O descumprimento, pela Emissora, da obrigação prevista neste item 4.13.5 não impedirá o Agente Fiduciário ou os titulares das Debêntures de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o direito de declarar vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Cláusula Quarta.

4.13.6 Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos no item 4.13.1 acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário assim que tomar ciência da ocorrência do evento (“Eventos de Vencimento Antecipado Automático”); (ii) ocorrendo os eventos previstos no item 4.13.2 acima, será a data em que se realizar, ou em que deveria se realizar, na hipótese de não ser instalada, por falta de *quórum*, em primeira e segunda convocações, a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.13.3 (“Eventos de Vencimento Antecipado Mediante Assembleia”), exceto se tal Assembleia Geral deliberar pelo não vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.7 Uma vez declarado o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13.6 acima, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures, enviará notificação com aviso de recebimento à Emissora (“Notificação de Vencimento Antecipado”), com cópia para o Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e a CETIP, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado, efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, acrescido de multa e demais encargos moratórios e de

CETIP

quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.13.7.1 Caso a Emissora não efetue o pagamento dos valores mencionados no item anterior, nos termos da Notificação de Vencimento Antecipado, ficará obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.15 abaixo.

4.13.7.2 O Agente Fiduciário pode se basear nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora nos termos do item 5.1 "i", alíneas (a) e (b) para acompanhar o atendimento do Índice Financeiro.

4.14 Oferta de Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa

4.14.1 Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, assegurando a todos os titulares das Debêntures igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures de que forem titulares ("Oferta de Resgate Antecipado"), da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 4.19 abaixo, ou envio de comunicado aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário, os quais deverão descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se a oferta de resgate será da totalidade das Debêntures ou se a mesma será parcial, observado que, neste caso, o procedimento para resgate parcial será realizado mediante sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do item "iv" abaixo; (b) o valor/percentual do prêmio de resgate, caso existente; (c) forma de manifestação, à Emissora, pelo titular das Debêntures que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado; (d) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; (e) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debêntures; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado");
- (ii) após a publicação ou comunicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar à Emissora no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, fora do âmbito da CETIP. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3

(três) Dias Úteis para proceder a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures serão resgatadas em uma única data;

- (iii) a Emissora, poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de titulares de Debêntures representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, deverá ser realizado o procedimento de sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) o valor a ser pago aos titulares das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto de resgate, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data da Primeira Subscrição e Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento e de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos titulares das Debêntures, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo; e
- (vi) o resgate antecipado das Debêntures deverá ocorrer conforme os procedimentos operacionais da CETIP e/ou do Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estiverem custodiadas na CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos titulares das Debêntures, qualificação, apuração e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.14.2 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Escriturador Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP. A CETIP deverá ser notificada pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data de realização do resgate.

4.14.3 As Debêntures resgatadas por ocasião da Oferta de Resgate Antecipado deverão ser canceladas.

4.14.4 A Emissora poderá a qualquer tempo, adquirir no mercado secundário as Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a seu critério, (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

4.15 Encargos Moratórios

4.15.1 Sem prejuízo do disposto no item 4.18 abaixo, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, inclusive, mas não se limitando, da Remuneração devida nos termos do item 4.11 desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além da Remuneração: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, além das despesas razoavelmente incorridas para cobrança dos valores referentes às Debêntures.

4.16 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.16.1 Sem prejuízo do disposto no item 4.15.1 acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração, encargos moratórios ou de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.17 Local de Pagamento

4.17.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures

custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem vinculadas à CETIP, os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário.

4.18 Prorrogação dos Prazos

4.18.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se Dia(s) Útil(eis) qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional ("Dia(s) Útil(eis)").

4.19 Publicidade

4.19.1 Com exceção do aviso ao mercado, do anúncio de início e do anúncio de encerramento da Oferta, que serão divulgados nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM 400, todos os demais atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares das Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser obrigatoriamente divulgados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos Jornais de Divulgação da Emissora, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores (<http://www.cielo.com.br/ri>), sendo a divulgação comunicada ao Agente Fiduciário e à CETIP. Caso a Emissora altere os jornais de divulgação da Emissora por outros jornais de grande circulação, comunicará por escrito o Agente Fiduciário.

4.19.2 A divulgação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada ou por carta com o respectivo aviso de recebimento ou por correio eletrônico, com confirmação eletrônica de entrega, enviado a todos os Debenturistas com cópia Agente Fiduciário.

4.20 Imunidade Tributária

4.20.1 Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da

referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de um dos Auditores Independentes, bem como relatório de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Emissora, acompanhado da memória de cálculo dos Índices Financeiros compreendendo todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento dos referidos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os titulares de Debêntures e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) que os bens e ativos da Emissora foram mantidos devidamente assegurados conforme as suas práticas correntes;
- (b) dentro de, no máximo 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre do exercício social ou no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis após a divulgação ao mercado, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de um dos Auditores Independentes, bem como relatório de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Emissora, acompanhado da memória de cálculo dos Índices Financeiros compreendendo todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento dos referidos Índices Financeiros, sob pena

DUCE SP

DEBENTURES

de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento pela Emissora das disposições constantes desta Escritura de Emissão, nos termos da alínea "a" acima;

- (c) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, e desde que não haja outro prazo menor decorrente de exigência legal, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e desde que não contrarie a regulamentação expedida pela CVM e aplicável a companhias abertas, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28;
- (d) cópias das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM nº 480, ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (e) na mesma data da divulgação, as informações vinculadas na forma prevista no item 4.19.1 acima;
- (f) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados e desde que não contrarie a regulamentação expedida pela CVM e aplicável a companhias abertas;
- (g) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, inclusive das hipóteses previstas no item 4.13.1 acima, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data da ciência, sem prejuízo do disposto do inciso "vi" abaixo;
- (h) em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa

Quanto aos negócios, a situação financeira da empresa é satisfatória.

- 6

- (x) notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis, desde que observada a regulamentação aplicável da CVM, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora; ou, ainda (c) possa causar interrupção ou suspensão das atividade da Emissora ou de suas Controladas Relevantes;
- (xi) manter seus bens e ativos devidamente seguros, conforme suas práticas correntes;
- (xii) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura de Emissão ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (xiii) cumprir, e fazer com que suas Controladas Relevantes cumpram, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, cujo descumprimento possa afetar de modo relevante e negativo as atividades da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes;
- (xiv) cumprir, no que for aplicável, rigorosamente a legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as mesmas medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (xv) manter, e garantir que suas Controladas Relevantes mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor e/ou assegurar a renovação tempestiva de, conforme aplicável, todas as licenças, concessões, autorizações,

ANEXO

permissões e alvarás, inclusive ambientais, fundamentais ao exercício de suas atividades;

- (xvi) realizar a manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão a ela ou a qualquer Controlada Relevante, direta ou indireta, condição fundamental da continuidade do funcionamento;
- (xvii) na forma, prazos e condições previstos na legislação em vigor, apresentar ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (xviii) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, e o sistema de negociação no mercado secundário no CETIP21 e no PUMA;
- (xix) efetuar, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da solicitação por escrito do reembolso de despesas, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xx) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xxi) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (xxii) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto no artigo 48, inciso II da Instrução nº CVM 400, conforme alterada;
- (xxiii) guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão bem como disponibilizá-la aos Coordenadores em um prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;

31 DE SET

19 03 19

- (xxiv) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, pelo coordenador líder de (a) divulgar ao público informações referentes à Emissão e/ou à Oferta, exceto em relação às informações divulgadas ao mercado no curso normal das atividades da Emissora, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, incluindo, mas não se limitando, ao disposto no artigo 48 da Instrução CVM 400; (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e (c) negociar debêntures de sua emissão, salvo nos termos previstos no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xxv) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xxvi) notificar os titulares de Debêntures e o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis caso qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão torne-se total ou parcialmente inverídica, incompleta ou incorreta;
- (xxvii) enviar os atos societários, os dados financeiros da Emissora e o organograma do grupo societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso “xi” do item 6.5, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso “xii” do item 6.5 abaixo;
- (xxviii) cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo das Debêntures, as obrigações relevantes oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil; e
- (xxix) cumprir as obrigações relativas à destinação dos recursos oriundos da Emissão e à comprovação de referida destinação, na forma do item 3.6 acima.

5.2 As despesas a que se refere a alínea "xix" do item 5.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (ii) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (iii) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão;
- (iv) extração de certidões;
- (v) despesas de viagem, transportes, hospedagem, alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
- (vi) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1 Todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário deverão ser devidamente comprovadas com a apresentação de cópia dos recibos e/ou notas fiscais.

5.2.2 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures que não tenha sido saldado na forma da alínea "xix" do item 5.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário, no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados

pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário. Na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 10 (dez) dias contados da data de pagamento ou reembolso indicada na solicitação encaminhada pelo Agente Fiduciário, nos termos do da alínea "xix" do item 5.1, o Agente Fiduciário poderá solicitar adiantamento aos titulares das Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

5.3 A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

6. AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM nº 28"), da Lei das Sociedades por Ações e das demais normas atualmente em vigor, bem como da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos em seu respectivo instrumento constitutivo necessários para tanto;

DUCE SP

- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) que a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (vi) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (viii) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (ix) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (x) não tem qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28;
- (xii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xiii) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (xiv) verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nos documentos apresentados pela Emissora, sendo certo que não efetuou nenhuma verificação independente, com o que os titulares das Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e

- (xv) para fins do disposto na Instrução CVM nº 28, a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões da Emissora.

6.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento, até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas ou até sua efetiva substituição.

6.4 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a seguinte remuneração ("Remuneração do Agente Fiduciário"):

6.4.1 Parcelas anuais de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão e as demais na mesma data dos anos subsequentes. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2 As parcelas citadas no item 6.4.1 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.4.3 Em caso de mora no pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário, pela Emissora, de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento), bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária do valor do débito pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.4 As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.5 O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será realizado mediante depósito em conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

JUCESP

14.03.18

6.5 Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão:

- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), dos distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (viii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

- (ix) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (x) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgates, amortizações e repactuações realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;

- (xii) disponibilizar o relatório a que se refere a ~~alínea "xi" acima~~ aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) na sede do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede dos Coordenadores;
- (xiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (xiv) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações do Agente Fiduciário com relação às informações referidas neste inciso, inclusive qualquer informação referente à posição das Debêntures e seus respectivos titulares;
- (xv) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (xvi) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xvii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e

DUCEP

(xviii) disponibilizar o Valor Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou em sua página na rede internacional de computadores.

6.6 Sem prejuízo do disposto no item 4.13 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos e, para tanto, contratará, conforme necessário, escritório de advocacia de renomada reputação, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (iv) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) nos incisos "i" a "iii" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação; e (ii) na hipótese do inciso "iv" acima, quando houvera deliberação por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.8 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os titulares das Debêntures e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os titulares das Debêntures; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, somente serão válidas,

mediante a prévia aprovação dos titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28 e da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional, salvo aquela prevista na legislação aplicável. O Agente Fiduciário, portanto, não emitirá opinião ou fará juízo sobre qualquer fato relacionado à Emissão que seja de competência dos titulares das Debêntures. Neste sentido, o Agente Fiduciário não será responsável pelo resultado ou efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos titulares das Debêntures, reproduzidas perante a Emissora. Ainda, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos titulares das Debêntures a ele transmitidas conforme definidas pelos titulares das Debêntures e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos titulares das Debêntures ou à Emissora.

6.10 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.11 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.11.1 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição.

6.11.2 É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição

do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.11.3 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.11.4 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.11.5 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.11.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.19 acima.

6.11.5.2 O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.11.6 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

7. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1 Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2 A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Divulgação da Emissora, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.2 A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5 Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6 Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1 Sem prejuízo do disposto no item 7.6 acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Pagamento da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no *quorum* de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) no item 4.13 (Vencimento Antecipado) acima, deverá

QUORUM

90%

ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.2 Nos casos de renúncia ou perdão temporário dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.13 (Vencimento Antecipado) acima, o *quorum* será de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.7 Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como "Debêntures em Circulação" aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.10 As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.11 Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1 A Emissora neste ato declara e garante que, nesta data:

- (i) a Emissora é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM aplicáveis;

JUL 1998
19 03 1998

- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material (i) o estatuto social da Emissora; (ii) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora ou suas Controladas Relevantes sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de suas Controladas Relevantes; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (iii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora, suas Controladas Relevantes ou quaisquer de seus respectivos bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iv) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, as Controladas Relevantes ou quaisquer de seus respectivos bens e propriedades;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental, órgão regulatório ou terceiro (incluindo, mas sem limitação no que diz respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios), é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos das Debêntures, ou para a realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais necessários;
- (vi) tem todas as autorizações e licenças, concessões, autorizações e alvarás relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (vii) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à

JUCESP
19 09 10

condução de seus negócios e que sejam essenciais à continuidade das atividades da Emissora;

- (viii) as demonstrações financeiras, datadas de 31 de dezembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2014 representam corretamente as posições patrimonial e financeiras da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os seus ativos, passivos e contingências, e desde tais datas não houve nenhuma alteração adversa relevante e nem aumento substancial do endividamento;
- (ix) as opiniões, análises e expectativas expressas no seu formulário de referência são dadas de boa-fé e consideram todas as circunstâncias materiais relevantes, são feitas com base em suposições razoáveis, são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (x) as informações constantes do seu Formulário de Referência nos termos da Instrução CVM 480 e eventualmente complementadas por comunicados ao mercado, fatos relevantes e disponíveis na página da CVM na Internet são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (xi) exceto por aqueles mencionados no Formulário de Referência, nas suas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas à CVM e ao mercado, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (xii) (a) as informações prestadas por ocasião da Oferta incluindo, mas não se limitando, àquelas contidas nesta Escritura de Emissão, no Formulário de Referência, em comunicados ao mercado, fatos relevantes e no material de divulgação da Oferta (se houver), são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (b) não há outras informações que não aquelas mencionadas no item (a) acima (1) cuja omissão faça com que qualquer informação do material de divulgação da Oferta (se houver), do Formulário de Referência, comunicados ao mercado e fatos relevantes seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente e/ou (2) que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-

financeira, jurídica ou de suas atividades ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito da Oferta, em prejuízo dos Debenturistas;

- (xiii) não omitiu ou omitirá fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores que venham a subscrever ou adquirir as Debêntures;
- (xiv) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (xv) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta exclusivamente para os fins descritos no item 3.6 desta Escritura de Emissão;
- (xvi) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"); e
- (xvii) a Emissora possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos;
- (xviii) cada uma de suas Controladas Relevantes foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as leis do Brasil, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (xix) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer evento de inadimplemento de seus termos;
- (xx) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

310 859

(xxi) mantém os seus bens e de suas Controladas Relevantes adequadamente segurados, de acordo com as práticas correntes da Emissora; e

(xxii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

9. COMUNICAÇÕES

9.1 Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) se para a Emissora:

Cielo S.A.

Alameda Grajaú, nº 219, Alphaville

CEP 06454-050, Barueri - SP

At.: Sr. Clóvis Poggetti Jr.

Tel.: (11) 2184-7678

E-mail: cpoggetti@cielo.com.br

Com cópia para: cpomper@cielo.com.br

(ii) se para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) se para o Banco Liquidante ou para o Escriturador Mandatário

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/no, Prédio Amarelo, 2o andar

CEP 06029-900 – Osasco – SP

At.: Marcelo Ronaldo Poli

Telefone: (11)3684-7654

Correio eletrônico: 4010.mpoli@bradesco.com.br

(iv) se para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1559

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por *e-mail* serão consideradas entregues diante da confirmação de envio e entrega. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado verbalmente pelo receptor. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta

DUCEAP

Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2 A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.6 Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos aqui estabelecidos serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11. LEI E FORO

11.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.2 As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou litígios originários desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

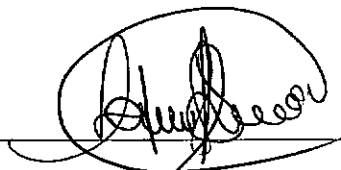
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as Partes a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 02 de março de 2015.

DUCE SP

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Cielo S.A.)

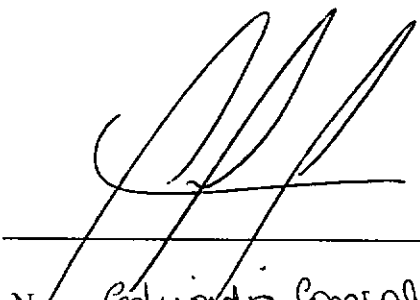
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**



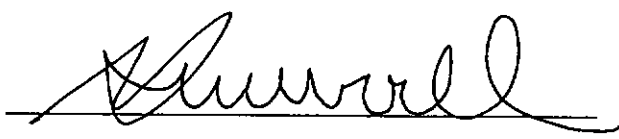
Nome: Ana Paula de Oliveira
Procuradora
RG: 28.306.958-2
Cargo: CPF: 216.001.828-79

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Especial Quirografia, em Série Única, para Distribuição Pública, da Cielo S.A.)

CIELO S.A.



Nome: Edwiges Gonçalves Chaves
Cargo: gerente de tesouraria



Nome: Ricardo Gervasio Bortolotto
Cargo: diretor de controle de custos

JUCESP

18 03 15

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Cielo S.A.)

Testemunhas:

Nome: Ana Medeiros Akagu
RG: R.G. 6.056.709-0
CPF/MF: CPF. 754.515.818-00

Nome: Vânia Regina de Souza
RG: RG: 13.488.814-5 - SSP
CPF: CPF: 041.078.878-39
CPF/MF:

